

Economia em Debate

Reforma econômica faz três meses

IGNÁCIO M. RANGEL

Especial para a Folha

O notório "pacotão" —como o povo costuma, geralmente com carinho, referir-se ao plano de estabilização de 28 de fevereiro— está completando três meses. A vigilância dos "fiscais do Sarney" começa a mostrar sinais de cansaço, mas isso já era de se esperar. Entrementes, sem que isso desmereça o óbvio sucesso da medida, já é tempo de ir tirando algumas conclusões.

Pelo menos ao primeiro exame, a estabilização monetária conseguida brilhantemente passou sem consequências sobre a conjuntura econômica. Como na Argentina. Lá, a economia estava em recessão e assim continuou. Aqui, ela estava em recuperação e esta não foi interrompida, ao que se saiba. Noutros termos a estabilização não tocou, nem aqui, nem lá, o fundo da questão ou, como venho dizendo insistentemente: a inflação é um epifenômeno.

É tempo, portanto, de investigarmos onde está o fundo da questão, para daí tirarmos as consequências incontornáveis. Ora, nesse particular, parece haver-se firmado já um quase consenso: o fundo da questão está na distribuição teratologicamente desigualitária da renda. Daí resul-

Ciclo Longo, fomos forçados a um esforço de substituição de importações, a exemplo do que havíamos feito nas fases equivalentes do 1º e do 2º ciclos longos. Apenas, nossas condições tecnológicas e econômicas permitiram que adotássemos um enquadramento institucional (especialmente o direito de câmbio e do trabalho) propício a que, desta vez, a substituição de importações assumisse caráter industrializante, vale dizer, de capitalismo desenvolvido com elevada razão capital: produto.

Entretanto, por motivos que não cabe discutir aqui, a substituição industrial de importações não alcançou, por igual, todos os setores da economia. Começou pela indústria leve e foi descendo escalonadamente, setor após setor, até a indústria pesada. A cada grupo de indústrias correspondia um ciclo breve, de aproximadamente dez anos. Ora, como o número de setores em que é possível dividir o sistema econômico não é ilimitado, chegaria o dia em que a retomada, depois da recessão, tornar-se-ia impraticável e, aparentemente, Bresser Pereira está convencido de que esse dia já chegou, isto é, que a reforma agrária que não fizemos antes terá que fazer-se agora.

ta um efeito multiplicador —vale dizer, a razão entre o aumento do investimento e o aumento decorrente da renda— muito pequeno. Como corolário, temos uma persistente tendência à acumulação de capacidade ociosa, porque, se o multiplicador é pequeno, o multiplicando —isto é, o investimento— necessário ao mínimo de equilíbrio econômico do sistema, deve forçosamente ser muito grande. Nosso problema consiste, portanto, não em saber por que, periodicamente, isto é, ciclicamente, a economia entra em recessão, mas em explicar por que essa recessão não é —ou não tem sido— crônica, visto como se alterna com períodos de brilhante expansão.

A causa profunda da má distribuição da renda —ou, mais precisamente, da distribuição muito desigualitária da renda, pondo de parte aquela conotação pejorativa— está no fato de que empreendemos a industrialização sem prévia reforma agrária. Porque o fato é que somos uma das economias mais dinâmicas do mundo, e a isso não é estranho o esquema de distribuição da renda. Com uma distribuição mais igualitária da renda —e, por via de consequência, um multiplicador maior— teríamos tido, talvez, movimentos conjunturais menos acentuados, com recessões menos profundas, mas nada nos garante que nossa taxa média de crescimento teria sido tão enérgica, neste meio século e pico de industrialização. O contrário é que me parece verdade.

O fato de não termos tido uma recessão crônica —como parece ser o caso da Argentina no último quartel de século— mas uma marcada sucessão de recessões e recuperações, explica-se aqui, como se explicou em passados decênios na Argentina, pelo fato de que nossa industrialização tem sido um movimento peculiar de substituição de importações. L.C. Bresser Pereira (Folha, 27.05.86), observando que a substituição de importações é um processo esgotado, tira a consequência de que chegou a hora de fazermos agora a reforma agrária.

Com efeito, nas condições da depressão mundial da fase "b" do 3º

A rationale desse processo está no fato de que o investimento é um processo de redistribuição temporária da renda. Com efeito, grandes rendas se pulverizam em numerosas pequenas rendas. Assim, enquanto for possível promover investimentos, mesmo que seja num grupo limitado de atividades, até a maturidade desses investimentos, por força da proliferação das rendas salariais, a renda social se redistribui, com o efeito, inclusive, de elevar conjunturalmente o efeito multiplicador do sistema. Com a maturação dos investimentos e a consequente revelação de excesso de capacidade no setor, o valor de multiplicador declina e a economia entra em recessão... até que outro setor seja, por sua vez, dinamizado. O que nos diz Bresser Pereira é que o último setor a ser dinamizado por essa via já o foi, de modo que, como parece ser o caso argentino, um longo, senão ilimitado período recessivo está por implantar-se.

Não estou muito certo disso, visto como o setor dos grandes serviços de utilidade pública —inclusive pelo serviço das dívidas contraídas em sua intenção e em condições leoninas— aí está clamando por vultuosíssimos investimentos. A dinamização desse setor supõe todo um sistema de mudanças institucionais, a começar pelo aparelho de intermediação financeira, de modo que é nesse campo que ponho nossas presentes variáveis estratégicas. A reforma agrária, no sentido de radical redistribuição da terra, deverá esperar por essa mudança, até porque, em nossas condições jurídicas, o problema da propriedade da terra é um problema de preço da terra, o qual é, por sua vez, um problema financeiro, sem solução possível no quadro presente de nossas instituições financeiras.

A reforma agrária que o governo está propondo traz consigo um grave senão, visto como a intervenção do Estado como comprador de terras —sem o que não haverá reforma— deverá trazer consigo uma brutal elevação do preço da mesma terra.

IGNÁCIO M. RANGEL, 71, é economista e graduado em Direito, ex-presidente do Conselho Regional de Economia (RJ) e autor, entre outros livros, de "A Inflação Brasileira".